

DO RELATÓRIO AO PARLAMENTO: ASPIRAÇÕES MILITARES RELACIONADAS À REABERTURA POLÍTICA E O CONGRESSO NACIONAL¹.

Lorena de Freitas Fernandes Pereira², Mariana Joffily³,
Marina Izidoro⁴, Mateus Maçaneiro Pereira⁵.

¹ Vinculado ao projeto “A repressão em carne e osso. Formação, treinamento e trajetória profissional de agentes repressivos da ditadura militar brasileira (1961-1988)”

² Acadêmica do Curso de História – FAED – Bolsista PIBIC/CNPq

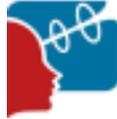
³ Orientadora, Departamento de História – FAED – mariana.joffily@udesc.br

⁴ Acadêmica do curso de História – FAED – Bolsista PIBIC/CNPq

⁵ Acadêmico do curso de História – FAED – Bolsista PIBIC/CNPq

Das documentações produzidas pelo CIE (Centro de Informações do Exército) se destacam os relatórios mensais e anuais, informes distribuídos entre os mais diversos setores militares, não restritos ao CIE. Sua função, segundo documento rubricado pelo presidente do órgão, General de Brigada Sérgio Augusto de Avellar Coutinho em 1989, seria a difusão de informações relacionadas à defesa interna e a rápida transmissão de dados, possibilitando ações rápidas e orientação de subordinados. Para tal, se deu uma divisão entre áreas no relatório: militar, de assuntos estritamente ligados à esta competência, psicossociais, relacionados a grupos de esquerda e pautas tidas como “ideológicas” e, por último, políticas, objeto de foco desta comunicação, com deliberações voltadas para o Parlamento. Ao longo da pesquisa de iniciação científica, tornou-se notório na observação dos relatórios, que ali se encontravam especulações diversas, relacionadas a assuntos de governabilidade. Não é de se estranhar que isto ocorresse, uma vez que o governo militar imposto estava gradualmente se abrindo para a redemocratização. Na área relacionada à política, três principais assuntos se destacavam: sucessão presidencial em 1985, eleições dos governos estaduais nos anos de 1982 e 1986 e interesses relacionados ao Congresso Nacional que se dividiam em dois: eleições parlamentares e a escrita da nova Carta Magna, referente à formação da Assembleia Nacional Constituinte.

A análise destas categorias demonstra que, mesmo tratando de assuntos específicos, os relatórios sempre acabavam por convergir para as casas legislativas e seus membros. Fortes preocupações em relação à entrada de deputados federais e senadores de esquerda foram manifestadas, uma vez que estes “corromperiam” os avanços feitos durante o período da ditadura militar por seus principais governantes. Militantes poderiam se “infiltrar” nas instituições, com pautas que segundo os relatórios não expressavam os anseios populares. Outro aspecto de maior relevância seria a posição deste grupo militar na Constituição. Há uma listagem em relatório do ano de 1988 com os artigos referentes às Forças Armadas aprovados no Congresso, o que evidencia a atenção a esta movimentação, algo esperado com a nova dinâmica política que passava a se criar entre a sociedade civil e o governo militar que se encerrava. Da leitura destes materiais, 11 relatórios foram selecionados para a análise, num recorte temporal que abarca o período entre 1979, ano da promulgação da Lei da Anistia e 1988, da aprovação da nova Constituição e abertura política. Conhecer os interesses expressos pelos setores militares no período, - especialmente daqueles pertencentes à repressão política, muitas vezes conhecidos como “duros” - possibilita uma maior compreensão não só dos planos feitos para a reabertura e expectativas cultivadas, mas também uma nova visão sobre as atuações militares naquela conjuntura, em vista dos seus desejos.



Seminário de Iniciação Científica
Universidade do Estado de Santa Catarina
33° SIC UDESC 2023

Palavras-chave: Ditadura Militar. Centro de

Informações do Exército. Assembleia Nacional Constituinte.